

Diário do Legislativo de 12/01/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 11/1/2008, a seguinte comunicação:

Do Deputado Tiago Ulisses, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Idimar Deluca, ocorrido em 10/1/2008, na cidade de Cabo Frio (RJ). (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

123ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/12/2007

O Deputado Eros Biondini* - Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, Deputados da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessores, servidores da Casa, amigos e amigas que nos acompanham nas galerias, multidão que nos assiste em mais de 200 Municípios do Estado por meio da TV Assembléia, meu boa-tarde a todos.

Fiz questão de me inscrever para fazer este pronunciamento. Estamos chegando ao final do ano, e para mim foi uma experiência nova, especial e importante estar no meu primeiro ano de mandato como representante do povo de Minas Gerais, o que me faz ficar emocionado no dia de hoje. Tive a oportunidade de, no primeiro dia de trabalho desta Casa, neste ano de 2007, pronunciar-me desta tribuna, e agora, ao final deste ano, Sr. Presidente, gostaria de colher aqui os frutos de tantas vitórias que marcaram este ano, compartilhando com tantos outros novos Deputados uma experiência de vida. Eles, com certeza, ensinaram-nos muito, levantando a bandeira incansável da promoção do bem comum e da defesa da vida.

Naquele primeiro dia de pronunciamento, quis deixar clara a missão que me trazia à Assembléia. Na verdade, tenho pouco tempo de atividade político-partidária. Há 18 anos, optei por dedicar os meus dias, a minha juventude, à construção de um mundo melhor, por meio do coração das pessoas. Acredito que toda mudança acontece dentro de nós. É impossível quereremos uma mudança externa ou a buscarmos fora, se ela não começar dentro de nós.

É impossível incendiar algum lugar se não temos uma chama viva dentro do nosso coração. É impossível um cego tentar guiar outro cego ou um escravo tentar libertar outro escravo. Como fruto dessa longa caminhada trabalhando pela promoção humana, pela nova evangelização, meu nome foi indicado pelo Movimento da Renovação Carismática Católica, que represento e de que faço parte há muito tempo, para que eu fosse um dos candidatos para Deputado Estadual do meu partido, o Partido Humanista da Solidariedade - PHS -, no último pleito. Quando fui indicado, não era sequer filiado a partido político. Aceitei que meu nome fosse colocado com outros possíveis, e o caminho de Deus trouxe-me até aqui.

Neste final de ano, gostaria de agradecer, na pessoa de cada parlamentar, de cada Deputado que aqui se encontra, toda a atenção que tivemos aqui e a oportunidade dada a cada Deputado, de maneira igual, já que sou o único Deputado do partido. Quero testemunhar aqui, Deputado Gustavo Valadares, que todos nos tratam igualmente, dão-nos as mesmas oportunidades, e isso para mim é um fato marcante.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Eros Biondini, quero falar, de maneira breve, mas muito sincera, da alegria que sinto. Não tenho dúvida de que todos nós, parlamentares mineiros, temos de ter a presença de V. Exa. entre nós. Foi, de fato, uma bênção. Tenho alguns pontos de identidade com V. Exa., dois deles de forma muito marcante. Um deles está no campo espiritual, e não só como cristão, mas como cristão e católico que sou. É uma alegria ter entre nós alguém que age de forma tão sincera e, acima de tudo, com grandes atuações, com prática. Eu sou da cidade de São Tiago, e São Tiago dizia que, sem atitudes, sem ação, sem obras, a fé é muito frágil. E V. Exa. é um homem de fé no sentido mais pleno, porque, além de conhecedor da palavra, é um homem de atitude, de presença, de compromisso, de

comportamento exemplar no campo espiritual, como católico, como líder do Movimento Carismático em Minas Gerais e que traz, para dentro desta Casa, esse exemplo, essa fonte inesgotável que emana da palavra sagrada, que emana dos ensinamentos de Cristo e da nossa Igreja Católica, sempre num espírito extremamente ecumênico com os demais representantes de outros pensamentos, de outras ações religiosas, mas que estejam pautados também nos princípios cristãos.

Outro ponto de afinidade com V. Exa. que muito me alegra é no campo profissional, por sermos ambos médicos-veterinários, o que nos aproxima de um universo muito amplo, não só do cuidado que temos com os animais e com a produção de alimentos, mas com esse universo tão grande da sociedade que depende dos animais para construir a sua sobrevivência ou para ter até uma relação mais humana com o universo, já que eles muitas vezes nos dão a devida dimensão da presença de Deus em tudo que há de vida.

Portanto, quero dizer da minha alegria, da minha satisfação de conviver com um parlamentar ainda tão jovem, mas que traz tanta coerência, tanta maturidade, como V. Exa. aqui, nesta Casa. Ao terminar este ano, podemos com certeza dizer que V. Exa. não é nenhum calouro aqui, mas um dos parlamentares maduros e experientes que o povo mineiro ganhou. Parabéns pelo trabalho. Com certeza estaremos juntos para muitos desafios. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini* - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Por intermédio de V. Exa., do nosso Presidente Alberto Pinto Coelho e do nosso Secretário Dinis Pinheiro, gostaria de agradecer a todos os Deputados e Deputadas por esse carinho e pela consideração.

Tenho consciência das minhas limitações de novato, das inexperiências que acabam sendo pontos frágeis. Sei que ainda tenho muita estrada pela frente, mas, ao final deste ano, já me considero uma pessoa melhor, mais rica, mais feliz e realizada, por ter convivido com V. Exas.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça (em aparte)* - Obrigada, Deputado Eros Biondini. Não poderia silenciar-me neste momento em que estamos encerrando nossos trabalhos parlamentares deste ano de 2007.

Gostaria de dizer, em nome da bancada feminina, que agradecer é pouco pelo que passamos e aprendemos durante este ano. Agradeço, sobretudo, àqueles que já estavam aqui e que, por meio da experiência, puderam ajudar-nos, os novatos, como somos considerados, a adquirir um aprendizado nesta Casa.

Muitos mestres e mestras caminharam conosco, dando-nos a chance de aprender. Hoje temos a certeza de que a palavra que cala e bate fundo em nosso coração é de que valeu a pena o trabalho aqui realizado, a participação, o conhecimento. Descobrimos que, nesta Casa, a pluralidade é realmente vivenciada. Todos nós tivemos um aprendizado muito grande. Aprendemos a conhecer e, acima de tudo, a amar as pessoas. Esse relacionamento não se estende apenas aos Deputados e Deputadas desta Casa, mas também aos funcionários, nossos amigos-mirins, aqueles dos serviços gerais, os seguranças, os motoristas, o pessoal da comunicação, todos que somam para a realização desse trabalho conjunto. Aqui não há trabalho individualizado. Esse é o pensamento da bancada feminina.

Quando olhamos para você, Deputado Eros Biondini, com sua jovialidade, concordamos plenamente com as palavras do Deputado Domingos Sávio quando diz que a beleza da convivência é ver os mais experientes juntando-se aos que chegam, aos que vêm com a força da juventude, somando-se à força da nossa experiência. Idade é uma questão de interior. Que Deus abençoe cada um de nós e nos dê forças para o término do dia de hoje. Espero que haja um consenso e um comprometimento. Nosso compromisso não é com o grupo de Deputados, mas com o povo de Minas Gerais.

Um feliz Natal para todos que estão nos ouvindo, para todos aqueles que estão conosco em suas residências. Recebam desta Casa os votos de um feliz Natal. Vale a pena, por um feliz Natal, viver o ano de 2008. Muito obrigada e um abraço a todos.

O Deputado Eros Biondini* - Sr. Presidente, gostaria de dizer que, apesar de todo o êxito, sabemos que, diante da realidade que nos cerca, principalmente da desigualdade social, não podemos nunca descansar. Todos sabem da minha opção de buscar viver segundo o ensinamento do Evangelho. Lendo os "Atos dos Apóstolos", queria compreender como a primeira comunidade cristã conseguiu chegar a uma convivência fraterna a ponto de estar escrito: "Entre eles não havia quem passasse necessidade".

Então, Deputado Luiz Tadeu Leite, tenho como missão: refletir junto aos pares como uma comunidade autenticamente cristã, primitiva, em meio a uma realidade de injustiça, escravidão, doenças e tantas dificuldades e adversidades conseguiu ter um relacionamento fraterno, a ponto de estar tão explícito que entre eles não havia quem passasse necessidades. Se verificarmos, existe uma explicação para isso: o solidarismo e o humanismo cristãos. Quando alguém tem mais do que pode, do que deve ou do que precisa, pode ter certeza - como diz Francisco de Assis - que isso está fazendo falta a outra pessoa. O que está sobrando na nossa mesa, sendo desperdiçado nos nossos restaurantes e mofando nos nossos armários está fazendo falta a outras famílias, não nos pertence. Na radicalidade de Francisco, percebemos que ele já temia ser julgado como ladrão por ter alguma coisa em dobro, sendo que outra pessoa necessitava daquilo para sobreviver.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria, ao final deste ano, de deixar a mensagem de que juntos precisamos, cada vez mais, buscar o bem comum na nossa sociedade. E deixo a mensagem a todos os que estão nos vendo e ouvindo de que, antes de Jesus iniciar o seu trabalho pastoral e a sua vida pública, pegou uma frase que estava no "Livro de Isaías", que dizia que "o Espírito de Deus está sobre mim, porquanto me ungiu e me enviou para curar os sofridos, libertar os cativos e anunciar o ano da graça do Senhor".

Quero, através dessa frase, concluir minha fala dizendo que essa mesma passagem que está em Isaías 61 pode ser, neste final de ano e início do ano que vem, proclamada por todos nós. Queremos proclamar para o ano de 2008, no nosso trabalho parlamentar nesta Casa Legislativa, um ano de graça, bênção e vitórias. De antemão, proclamamos isso, para que, ao final de 2008, possamos celebrar também muitas vitórias, quantas mais Ele nos permitir.

Feliz Natal e ano-novo, felicidades a todos, que nossas famílias sejam abençoadas e que sejamos bênção para o nosso povo. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Quero cumprimentar a todos e todas. Já havia anunciado, no período da manhã, um grande presente de Papai Noel: a Cemig distribuirá, no final deste ano, no dia 28, mais uma parcela; efetuará, nos termos do art. 31 do estatuto social da Companhia, o pagamento da segunda parcela dos proventos referentes ao exercício de 2006. Isso foi publicado no "Minas Gerais". O valor desse presente está na ordem de R\$689.000.000,00, mais de meio bilhão de reais e mais do que 10 vezes o maior prêmio pago pela Mega-Sena. Vejam que essa é a segunda parcela, e já pagaram a primeira parcela.

As pessoas me perguntam se todo esse dinheiro vai para o caixa do Estado de Minas Gerais, e respondo que não. Infelizmente, a grande maioria desses recursos vai para o capital estrangeiro, para o capital internacional, para pagar os dividendos, e apenas uma pequena parte fica com o governo do Estado.

Estou aqui com o gráfico. Só 23% ficam com o Estado de Minas Gerais, 20% para o capital nacional e a grande maioria para o capital estrangeiro, somando-se aproximadamente 60%. Isso fez com que a Cemig aumentasse o valor da conta. Foi muito elevada essa conta de luz no Estado, situação que certamente ocasionou sacrifício das famílias mineiras. A Cemig conseguiu obter lucros exorbitantes - aliás, foram praticamente R\$400.000.000,00 nos três primeiros meses do ano, e deve fechar com mais de R\$2.000.000.000,00.

Estou com os dados oficiais. Só para se ter uma idéia, a Cemig fez a repartição dos dividendos, que é a parcela do lucro a ser distribuída aos acionistas, chegando em 2005 a entregar quase todo o lucro, aproximadamente R\$2.000.000.000,00. Infelizmente, mais da metade desses dividendos não ficam sequer no Brasil, pois são distribuídos a acionistas estrangeiros. Quer dizer, o dinheiro das famílias mineiras tem enriquecido as reservas de fundos de empresas de outros países. Realmente isso é muito triste. Sabemos que, hoje, o que mais pesa no bolso do consumidor, do contribuinte, é a conta de energia. A pesquisa oficial da Confederação Nacional do Comércio demonstra que hoje só a conta de energia pesa mais que a alimentação, o vestuário e o transporte, tudo junto.

Há pessoas fazendo financiamento, ou seja, os servidores públicos, que têm um dos menores salários de todos os Estados da Federação. Essa é a contradição. Os nossos servidores públicos - servidores de uma forma geral, como os da educação, da segurança, da área administrativa - têm um dos menores salários pagos em toda a Federação. Os Defensores Públicos infelizmente já ameaçaram avisando que vão entrar em greve novamente, porque até hoje não receberam o reajuste que aprovamos. Parece que estão empurrando com a barriga, jogando para a frente. Por um lado, há os servidores que menos recebem; por outro, a carga tributária como uma das mais pesadas. O ICMS da conta de energia elétrica é de 30%. Só que aqui 1 mais 1 não são 2, pois há a cobrança por dentro, em que o cidadão chega a pagar 47% de ICMS no valor da conta de energia. Se verificarmos, o álcool aqui é 25%; em São Paulo, 12%; em Goiás, 15%. Aliás, grande número de empresas de transporte está emplacando seus veículos em outros Estados, já que aqui o IPVA é mais caro. Haverá um aumento do IPVA para quem tem moto, aquele que está mais sacrificado e que às vezes não consegue nem pagar a gasolina do veículo.

Aqui é tudo mais caro. Por isso, aumenta-se a arrecadação. Aliás, a arrecadação do Estado em 2003 era de R\$17.000.000.000,00. E quanto é a arrecadação hoje? Ela mais que dobrou, pois, de R\$17.000.000.000,00, em 2003, passou para R\$35.000.000.000,00. Lógico, arrecadou-se muito aumentando-se as taxas. O valor da conta de energia é exorbitante, pois, só neste governo, ela subiu mais de 100% e, nos 10 últimos anos, aproximadamente 500%. Não há como comparar isso com índice inflacionário algum. Realmente são aumentos absurdos. A população não agüenta mais. Arrecada-se, taxa-se muito, mas paga-se muito pouco aos seus servidores. Por isso chegamos no Orçamento a esse valor de R\$35.000.000.000,00. Nas áreas sociais, é aplicado muito pouco recurso. Chegará o momento em que realizarei o debate e a discussão sobre o Orçamento.

Há aqui dados oficiais. Falamos sobre isso e provamos. A execução orçamentária de 2007 mostra programas e ações que deveriam ser prioridade, mas que não são. O que isso significa? Significa que votamos o Orçamento, no ano passado, para vigorar neste ano e retiramos algumas prioridades, que seriam aquelas para o governo.

Isso foi executado e aplicado? Não. Em outras áreas foi aplicado, mas nas áreas prioritárias, não. Mostrarei a V. Exas.

Por exemplo, para apoio a programas habitacionais estava prevista a aplicação de quase R\$10.000.000,00, no entanto não foi aplicado nem um centavo. Um outro exemplo é o programa Lares Geraes. Há muitos recursos nesse programa, mas foram aplicados apenas 16%. Na seqüência, temos os Corredores Radicais de Integração e Desenvolvimento. Foi aplicado 0,57%.

Para o Desenvolvimento das Comunidades e Incremento das Políticas Públicas estavam previstos R\$6.000.000,00, mas foram aplicados apenas 3,68%.

Para o Desenvolvimento Regional e Urbano estava prevista uma quantidade "x", mas foram aplicados apenas míseros 2,88%.

Falarei agora sobre o Programa de Infra-Estrutura, que há em todo o Estado de Minas Gerais. Temos aqui Ribeirão das Neves, que tem um dos IDHs mais baixos do Estado. Sabemos os males causados à saúde em razão da falta de infra-estrutura. É sol, poeira, com a conseqüente internação de crianças em hospitais que, às vezes, não têm médicos suficientes nem a estrutura necessária. Quando chove, as pessoas não conseguem nem andar nas ruas porque é um lamaçal total. O percentual aplicado foi de 2,21% apenas.

Prosseguindo, na Reestruturação do Sistema de Planejamento da Região Metropolitana foram aplicados apenas 1,62%.

No saneamento básico, dentro do programa Mais Saúde para Todos, houve uma aplicação de apenas 0,61%. Praticamente não foi gasto nada nesse setor, dentro do referido programa.

Há muitos outros programas dos quais, infelizmente, só se fez a divulgação. E como foi feito isso? Darei o exemplo de alguns programas. Por exemplo, universalizar o Poupança Jovem e a escola em tempo integral. O primeiro é um programa do governo do Estado que, infelizmente, serviu mais para fazer publicidade em uma determinada região. Isso significa que não houve expansão para o Estado inteiro. Pegou-se, por exemplo, a cidade de Ribeirão das Neves, instalando-se lá um projeto-piloto e divulgou-se para toda a imprensa de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, na Zona da Mata, no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha e aqui na região metropolitana, enfim, em todas as cidades de Minas Gerais, como se fosse um programa desenvolvido em todo o Estado.

Há um outro programa, o Escola em Tempo Integral. Aliás, foi uma grande briga para o universalizarmos e garantirmos para um grande número de alunos. Essa escola é em tempo integral, para que o estudante fique de manhã e à tarde na escola para preparar-se para o mercado de trabalho. Infelizmente, foi mais para divulgação.

Quero mostrar a V. Exas. o quanto foi gasto com publicidade. Poderia citar vários anos, de 2002 a 2007, mas vou-me ater somente ao ano de 2005. Foram gastos R\$223.000.000,00. Isso é praticamente mais do que o investido nos programas sociais. Se esse governo ficar 20 anos no poder, não chegará a gastar esse valor em habitação. Infelizmente, essa é a realidade.

Em relação à conta de energia elétrica, travamos uma grande luta pela redução do ICMS. Para que V. Exas. tenham uma idéia, a Cemig solicitou um aumento de 23,88% à Aneel, mas esta autorizou 6,5%. A Cemig, não satisfeita, interpôs recursos junto à Aneel, querendo, até, que esse aumento seja concedido no ano que vem, se o recurso for julgado favoravelmente. Estivemos na Aneel e estamos pressionando para, além de impedir o aumento, garantir uma redução significativa no valor da conta de energia elétrica da Cemig, que é a mais cara do Brasil.

Só para ter uma idéia, Deputado Domingos Sávio, a média de redução dos outros Estados foi de 16%. Ouvimos aqui dirigentes da Cemig jogarem a culpa na população de Minas Gerais, em uma grande contradição, sob o argumento que a conta de energia em Minas Gerais é muito cara porque a população está consumindo pouca energia. Se está consumindo pouca energia, por que a Cemig quer criar as tarifas diferenciadas - que é o caso da amarela -, cobrando um valor maior após as 18 horas? Não há justificativa para isso. Por que a Cemig faz campanha para as pessoas reduzirem o consumo de energia se está sobrando energia? Não justifica falar besteira. Podem ter a certeza de que a Aneel saberá de tudo. Vamos levar toda essa documentação à Aneel.

Obrigado, Sr. Presidente. O tempo aqui é muito pouco, não sendo possível a explanação de todos os problemas. Então, queria aproveitar este momento para conclamar toda a população de Minas Gerais para ajudar-nos a colher abaixo-assinados. Colheremos o maior número de assinaturas. Percorreremos todas as regiões do Estado, levaremos as assinaturas para a Aneel, e iremos pressioná-la com o fim de reduzir, de forma significativa, a conta de energia.

Mobilizaremos, montaremos barracas, ficaremos de plantão na porta da Aneel para garantir uma redução significativa. O povo não agüenta mais. É muito injusto terem um faturamento de mais de R\$2.000.000.000,00, e não haver investido na área social.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Sr. Presidente, quero registrar que não fui intransigente. Apenas pedi para apartear o discurso do Deputado.

Quero dizer ao nobre Deputado Weliton Prado que é bom que todos os mineiros saibam que sempre dei aparte a V. Exa. e a toda a bancada da Oposição, para democraticamente fazermos um debate. Agora, quando faltam alguns segundos para terminar seu tempo, V. Exa. se dignou a nos conceder aparte, quando não há mais tempo hábil para retribuir a V. Exa., de forma democrática, a argumentação sobre o que expõe, que não tem nenhum fundamento. Os mineiros não ficarão com a ilusão quanto ao que V. Exa. disse porque, com certeza, já conhecem a linha de argumentação que desenvolve.

Que fique registrado: V. Exa. diz que concederá o aparte, mas espera terminar o prazo regimental. E, quando já não há mais esse prazo, dá-nos alguns segundos. Deixo aqui meu protesto pela falta de cooperação de V. Exa., que não é na mesma linha com que sempre me dirigi a V. Exa.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Só uma observação, ilustre Deputado Weliton Prado. Quando se fala em Poupança Jovem, logicamente eu me alegro.

Ressaltei aqui a importância de se iniciar esse projeto, de grande significado social, por Ribeirão das Neves, a cidade mais pobre do Estado de Minas Gerais. Graças a ações valorosas do Governador Aécio Neves, também assinalo o trabalho significativo do Secretário Custódio Mattos, o trabalho começa a prosperar, a crescer, a avançar por Minas Gerais.

Tivemos a felicidade de receber a notícia de que o projeto do Poupança Jovem, programa importante e inédito do Governador de Minas, será implantado agora em mais duas cidades pobres, cidades carentes, cidades de poucos recursos, entre elas Esmeraldas. E, para a nossa alegria e para alegria das famílias ibiriteenses, nossa terra natal, Ibirité, também foi escolhida atendendo a nosso pedido. Logicamente, isso será de grande importância para a vida daqueles jovens.

Quero parabenizar o Governador Aécio Neves pelo programa Poupança Jovem, que começa a avançar pelos quatro cantos de Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado* - Finalizando, Deputado Dinis Pinheiro, essa é uma verdade. O programa realmente é muito importante, e nossa luta é para que este fosse universalizado e uma realidade em todo o Estado de Minas Gerais, e não apenas em algumas cidades.

Quanto ao Deputado Domingos Sávio, coitadinho dele. Não é, Deputado Domingos Sávio? Coitadinho, mas coitadinho mesmo. V. Exa. é democrático de forma maravilhosa, esplendorosa. Se, infelizmente, V. Exa. acha a conta de energia baixa, a maioria da população de Minas Gerais não acha que seja. Realmente ela é muito alta, e não vamos nos amedrontar, mas sim lutar até o fim pela redução significativa do valor da tarifa de energia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, pedi a palavra pelo art. 164 pela forma desrespeitosa com que o nobre Deputado acaba de dirigir-se a minha pessoa. Serei breve, em respeito a todos os parlamentares que estão aqui para votar o Orçamento.

O Deputado Weliton Prado, a quem sempre me dirigi de forma respeitosa, poderia refletir um pouco mais quando, após ter uma atitude que não é do estilo deste Parlamento, após fazer ataques permanentes ao governo, ao dizer que vai dar aparte e, de forma maliciosa, espera faltar alguns segundos e, depois, vem atribuir adjetivos de forma inapropriada, que não é do nível deste Parlamento; o nobre Deputado se apegava a adjetivos inadequados.

Não só os colegas desta Casa nos conhecem como tenho certeza que o povo mineiro tem observado o comportamento pelo qual temos procurado nos pautar para tratar dos graves problemas de Minas. Não retomarei a discussão do tema, que eu faria de forma respeitosa, democrática e republicana debatendo com o orador, mas apenas usei o art. 164 para que o povo mineiro saiba que este Parlamento tem código de ética, tem responsabilidade e não deve pautar-se por atitudes como essa que acabou de ocorrer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, público das galerias e da TV Assembléia. Nesta primeira fase da discussão do PPAG, gostaria de destacar que uma das previsões orçamentárias é o respeito para com o servidor público na linha de capacitação e justa remuneração. Na manhã de hoje, os servidores da Fhemig ocuparam o "hall" da Seplag reivindicando respeito ao seu trabalho e justo salário. Sei que os colegas Deputados estão ansiosos por celebrar o Natal com seus familiares, o que é justo. Mas, Deputado Fahim Sawan, que também é da área da saúde, como poderão celebrar o Natal esses servidores da Fhemig, cujo salário-base no início de carreira é de R\$324,00 para quem tem o ensino fundamental, R\$470,00 para quem tem o 2º grau e cerca de R\$700,00 para quem tem ensino universitário? Temos de voltar o olhar para além de nós e deste momento. Se, como foi acordado hoje, entrarem em greve os servidores dos Hospitais João XXIII, Sara Kubitschek e Odete Valadares, teremos muitos problemas. Só o Hospital João XXIII já deveria despertar a sensibilidade do governo para abrir um canal de interlocução com esses servidores. Imaginem o que é entrar em greve no dia 23 de dezembro, em todo esse período de Natal e ano-novo. Sr. Presidente, nosso apelo é que haja interlocução do governo - seja da Secretaria de Governo, seja da Seplag, seja da Secretaria de Saúde - com a coordenadoria do movimento.

Não bastasse a questão salarial, no relatório que recebi ontem há denúncias referentes à qualidade da alimentação. Com frequência, aparecem lesmas, lagartos e cabelos na salada e na comida. Há fotos. Está no relatório que recebi ontem. São todos os servidores da Fhemig, sobretudo do Hospital João XXIII. Contamos com o Presidente da Comissão de Saúde, Carlos Mosconi, que já foi Presidente da Fhemig, e de vários outros colegas Deputados que lá trabalharam, para que tenham a sensibilidade de fazer esse apelo ao governo para que haja interlocução com o comando de greve, do contrário será um prejuízo para muitas vidas, sobretudo nesse período, cujo índice de acidentes é elevado.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Gostaria de trazer a V. Exa. e à Casa a nossa preocupação em entender o problema e receber a diretoria da Astemg, os representantes da Fhemig e ouvi-los, ainda com a exiguidade de tempo que temos hoje, porque estamos encerrando o ano legislativo, e esse prazo não contribui em nada para um bom entendimento. Mesmo com essa dificuldade, prezado Deputado Padre João, estamos fazendo chegar ao governo, com a intervenção do próprio Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, a nossa preocupação, que também já foi exposta ao nosso Líder, Deputado Mauri Torres, a fim de que, mesmo com esse problema de tempo, a própria

Astemg entenda que este não é o momento mais adequado para fazer greve. Não quero entrar no mérito da questão, até porque já fui Presidente da Fhemig e sei bem que ali as coisas são sempre muito difíceis, são sempre problemas que se arrastam há muito tempo. Mas, mesmo com essas dificuldades, as coisas estão sendo resolvidas gradativamente, estão caminhando. Mas esta época, Deputado Padre João, de Natal e de final de ano não é a mais adequada para se fazer greve, até porque sabemos que, nesse período de férias, o índice de acidentes é maior, e estamos falando do Hospital João XXIII, que é o maior pronto-socorro deste país. Como a população mineira poderia encarar uma greve ali no dia 23 de dezembro? Acho que a situação é muito difícil. Então, estou fazendo um apelo ao pessoal da Fhemig e à Astemg a fim de que estendam esse período pelo tempo do recesso. Poderíamos, então, constituir uma comissão, a ser designada pela diretoria da Casa, naturalmente com a sua participação e a de outros parlamentares, para intermediarmos uma negociação com o governo. Tenho a impressão de que poderíamos caminhar por aí e, chegando ao final do recesso, teríamos uma solução adequada para um problema que entendo muito grave. Então, quero manifestar a V. Exa. a nossa total disposição de participar da busca desse entendimento. Muito obrigado, Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sou eu quem agradece a V. Exa., assim como o certo empenho do Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e do Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, a quem também levei a questão. Mas quero dizer que é justamente em um período como este, quando muitos estão recebendo o 13º salário e salários significativos, que a questão se agrava, porque o montante do que vão receber esses servidores, com o 13º salário - para os que vão recebê-lo -, chega a R\$700,00, uma vez que a base do salário é de R\$324,00, ou seja, está abaixo do salário mínimo. Isso é uma injustiça, e, apesar da delicadeza do período, a greve é legítima e justa.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Se V. Exa. me permite, não tive em mão toda a proposta salarial que está sendo feita e realmente não sei qual a relação com o salário mínimo, mas parece-me difícil que alguém receba menos do que o salário mínimo em Minas Gerais.

O Deputado Padre João* - É o salário-base. Ele acaba recebendo mais, por causa de insalubridade, por exemplo, mas o piso é de R\$324,00.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Se eu tiver isso em mão...

O Deputado Padre João* - A própria D. Francisca, que está no cafezinho, trouxe o seu contracheque, em que o Deputado pode ver que o piso é de R\$324,00.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Por uma informação preliminar e muito rápida - de modo que não vou dar a ela o valor que eu gostaria -, fiquei sabendo que algumas categorias da Fhemig têm o salário muito defasado, como é o caso da enfermagem, que tem um salário muito abaixo do que o que se vê normalmente.

O Deputado Padre João* - É de R\$106,00.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Não me estou referindo às auxiliares de enfermagem, mas às enfermeiras-padrão, de nível superior.

O Deputado Padre João* - Justamente.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Então, para esse setor, a Secretaria de Saúde, pela Fhemig, está propondo um aumento acima do que o que está sendo proposto em média para o funcionalismo do Estado, que é de 18%. São essas questões que eu gostaria de analisar com mais cuidado, para ter uma informação precisa para trazer a esta Casa. Nesse caso, por exemplo, a enfermagem estará recebendo um aumento em um patamar acima, a fim de resolver um problema da classe. Então, sem entrar no mérito da questão, se conseguíssemos uma prorrogação desse prazo, até para facilitarmos essa negociação, isso seria útil para todos, Deputado Padre João. Era essa a questão que gostaria de expor a V. Exa.

O Deputado Padre João* - Está bem, mas quero informar que, para o nível universitário, início de carreira, o valor é de R\$706,00. Ou seja, defasado. Esse era o primeiro ponto que queria abordar, hipotecando a nossa solidariedade e apoio aos servidores, que, além da questão do salário, trazem-nos também o problema da alimentação, que é grave - aliás, já apresentamos à Comissão de Direitos Humanos o requerimento de realização de reunião para discutirmos desde a forma como foi feita a licitação - como consegui vencer a empresa que está servindo - até a qualidade do alimento e os horários de fornecimento.

Quero comentar o PPAG. Primeiramente, destaco uma conquista desta Casa que é a discussão com a comunidade. Para um bom planejamento, é importante ampliar a discussão; assim, a possibilidade de acerto será sempre maior. Isso ocorreu aqui por meio da Comissão de Participação Popular e, neste ano, ainda envolveu outras comissões. Foi-nos possível aprofundar, aprimorar e avançar mais na participação.

Porém, com relação à discussão do PPAG, queria chamar a atenção dos nobres pares para a coerência. Por quê? Porque, ao apresentarmos uma emenda ao PPAG, às vezes um determinado Deputado se coloca numa postura de defesa; mas, quando chega justamente o momento dessa defesa, seja quanto ao PPAG, seja quanto ao próprio Orçamento, parece que esta Casa não tem autonomia em alguns pontos. Isso é grave, fere a democracia.

Quero registrar que algumas das nossas emendas de texto foram acolhidas. Essas emendas têm o objetivo de que seja dada atenção a todo o povo mineiro. Por isso sempre discordo da postura de alguns colegas, que se posicionam como Deputado regional. Pela Constituição, pela minha consciência e convicção, sou Deputado Estadual. Não importa se tenho de interferir no Jequitinhonha, no Mucuri, no Triângulo ou na Zona da Mata, sou Deputado dos 853 Municípios. Portanto, conforme minhas convicções, se qualquer lei vai ferir o interesse do povo, tenho o direito assegurado pela Constituição de manifestar-me.

Agradeço ao relator Deputado Lafayette de Andrada a inclusão das emendas. A Ação nº 4428 trata da garantia de renda mínima e da subvenção do seguro rural. Muitas vezes, discutimos o seguro rural na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial e exigimos do governo federal uma solução. Já existe uma lei federal que garante 50%, e conseguimos, no âmbito estadual, mais 25%. Infelizmente não temos notícia de como se dá sua implementação, e além disso 25% ainda ficam descobertos. A emenda acolhida tem o objetivo de dar destaque ao assunto, em vez de deixá-lo ser tratado de forma genérica para o produtor. Demos um tratamento especial aos agricultores familiares, o que foi acolhido por meio de uma subemenda.

Outro ponto que defendemos é o apoio ao Projeto Jaíba. Essa emenda não foi acolhida. Os Deputados que dizem integrar a bancada do Norte deveriam fazer a defesa e se unirem para votar destacadamente essa emenda, aprová-la, e não acolher a sugestão do relator.

Há também outro ponto que se refere à formação da rede de tecnologia, inovação. Se acreditamos na formação técnica, na qualificação do jovem, tem de haver investimento, e, para tal, a inclusão no PPAG é necessária. Essa foi outra emenda, de nossa autoria, que deu tratamento especial aos jovens rurais, ainda numa formação de tecnologias alternativas. Às vezes, investe-se apenas numa linha do agronegócio ou da agricultura empresarial e esquece-se de uma formação importante, que usa técnicas alternativas para o combate a pragas.

Infelizmente, às vezes, há um sistema que usa o agrotóxico, o veneno como a única alternativa de êxito, não reconhecendo tantas outras práticas existentes que preservam a qualidade do alimento sem comprometer a produtividade.

Um outro aspecto que destacamos no PPAG é em relação à manutenção de estradas vicinais. Muitos alegam que é de responsabilidade do Município. Sabemos que os Municípios possuem pouca renda, às vezes têm de arcar com convênios caros com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com a Emater, empresa importante na linha de assistência técnica e extensão rural, mas tudo isso é caro, onera o Município. Então, é importante a participação do Estado. Infelizmente, essa emenda também foi rejeitada. Apelo aos colegas que sempre trabalham com a agricultura familiar, à Comissão de Política Agropecuária, aos que reconhecem a importância do homem e da mulher do campo. Temos de expressar a nossa convicção da importância disso, votando projetos, exigindo a inclusão do apoio aos agricultores familiares. Isso também está no Programa nº 116, Ação nº 4.127, manutenção de estradas vicinais.

Um outro ponto que colocamos como emenda no PPAG é o Programa nº 127, infra-estrutura rural, elaboração e implantação de projetos de obras hidráulicas e de irrigação. Sabemos que há áreas onde a irrigação é importante; sem ela, não há como produzir. Isso tem custo para o pequeno agricultor. É importante o Estado dar também essa cobertura, e, para isso, tem de ter a previsão para 2008, 2009, 2010 e 2011. Infelizmente, isso também foi rejeitado. Então, apelo novamente aos colegas.

Um outro ponto é em relação às questões fundiárias. O grande problema que enfrentamos no Estado de Minas Gerais é o grande volume de terras devolutas que, às vezes, não estão devidamente cadastradas. Está aqui o ex-Secretário Deputado Neider Moreira, que esteve à frente da seara. Isso é um grande desafio para nós. Uns dizem que são 11.000.000ha de terras no Estado; outros, 10.000.000ha ou 7.000.000ha. Então, temos de ter recursos, previsão de investimento para mapear todo o Estado de Minas Gerais e ter um diagnóstico preciso, não só da quantidade de terras, mas também sobre a situação de cada área, se estão nas mãos das empresas reflorestadoras, que, na verdade, são empresas de cultura de eucalipto, se há contrato de comodato, quando este vence ou se já venceu, para, com o mapeamento da qualidade das terras, saber quais poderiam ser disponibilizadas para a reforma agrária.

Então, infelizmente, não temos uma precisão nem do volume de terras, nem de sua localização, nem do número das que têm seu vencimento em forma de comodato com as empresas. Sabemos que algumas estão na Justiça, mas, quando são medidas, os números não correspondem aos que estão ali no papel. Essa foi também uma emenda nossa no PPAG para haver uma atenção especial para a questão fundiária.

Uma outra emenda, relativa à Emater, também foi rejeitada. Trata-se da Ação nº 4.152, de apoio à agricultura familiar. Hoje muitos Municípios demandam um técnico ou engenheiro da Emater, mas eles não são chamados. Existe um concurso válido, porém, alegam que, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, não podem chamar. Entretanto, sabemos sobre a efetivação de servidores em outras áreas, e isso acontece porque a agricultura familiar, na verdade, não está sendo prioridade. Embora tenhamos, no Estado, centros de agricultura alternativa que trabalham muito na assistência técnica rural, como o CTA em Viçosa, o CAA em Montes Claros e o CAV em Turmalina e Minas Novas, com uma tecnologia que respeita o cerrado, as matas e as águas e garante a viabilidade econômica de uma pequena propriedade, nós respeitamos e valorizamos a Emater. Por isso, colocamos no PPAG uma emenda a fim de lhe dar mais apoio para que possa servir mais e melhor, universalizando seu trabalho em Minas Gerais e chegando aos seus 853 Municípios com um convênio mais em conta, que não onera o Município. Portanto, lamentamos a rejeição dessa nossa emenda. A Emenda nº 1.615 também é de apoio à Emater, assim como várias outras.

Apresentamos uma outra emenda para o apoio aos pequenos produtores na criação de pequenos animais. Isso aconteceria por meio da Emater. Hoje, no Estado, há uma lei que instaura a política da agricultura urbana. Essa é uma novidade. A agricultura urbana é indispensável aos Municípios, sobretudo nos grandes centros, onde grande parte da população está na periferia. Essa população veio da zona rural, oriunda do campo. Foi praticamente expulsa, principalmente nas décadas de 70 e 80, quando as fazendas foram se fechando para a agricultura e instaurando a bovinocultura, expulsando, assim, a força de trabalho - o jovem, a mulher, o homem. Destacamos que a formação de grande parte das pessoas da periferia é a do campo, ou seja, não tiveram a oportunidade de ter estudo ou qualificação técnica. Portanto essa ação relativa à criação de pequenos animais do Programa nº 028, que está dentro do Minas sem Fome, é indispensável para os pequenos viabilizarem sua atividade econômica e garantirem sua renda.

Na linha de geração de conhecimento e tecnologia agropecuária, o Programa nº 210, a Ação nº 4.020 - difusão de tecnologias através de eventos técnicos, de cursos, de treinamento -, apresentamos uma emenda dando um destaque aos itens relacionados com a agricultura familiar. Por que temos de avançar tanto na parte técnica? O agricultor familiar, durante todo esse tempo, ocupou-se, simplesmente, em produzir. Ele produz a matéria-prima, e infelizmente existem os atravessadores, que adquirem produtos com preço abaixo do custo, dando prejuízo para quem produz e agregando valor ao produto para repassar. Seria comprar o leite a R\$0,34 e vendê-lo por R\$1,30 ou a R\$1,50. Então, a forma como capacitar o homem, a mulher e sobretudo o jovem rural para que possam não simplesmente produzir, mas agregar valor ao que produzem está contida em uma emenda, felizmente, acolhida em parte.

Houve, na linha também de geração de conhecimentos e de tecnologia agropecuária, dentro ainda do Programa 210, a Ação nº 4.042, da transferência de tecnologia através de sementes básicas. Houve um tempo, na década de 80, em que as sementes híbridas foram tomando o espaço das sementes crioulas. Ou seja, antes, os próprios agricultores selecionavam as sementes. Surgiu uma orientação técnica nessa época, induzindo lamentavelmente os agricultores a abrirem mão da sua própria semente e comprarem - isso na ilusão de que produziram mais. Mas só produziram mais com adubo. Ou seja, o custo de produção elevava, tirava a diferença. Então o que apresentamos foi com o objetivo de resgatar e valorizar as sementes crioulas. E, lamentavelmente, foi rejeitada.

Outra ação dentro do Programa 196, Programa do Desenvolvimento Econômico Industrial, Comercial de Serviços e do Cooperativismo, da Ação nº 4.635, é a consolidação e operacionalização das ações do Conselho Estadual de Cooperativismo. Apresentamos também uma emenda dando condições igualitárias para cooperativas de pequeno porte em áreas rurais e urbanas. Sabemos que o agricultor familiar não tem capacidade de investir isoladamente. No caso, equipamentos para agregar valor a sua produção custa-lhe caro. Só é possível aquisição de equipamentos dentro do associativismo e do cooperativismo. Infelizmente, já existe uma dificuldade cultural para se associar no cooperativismo, e, não tendo o apoio do governo, essa dificuldade torna-se ainda maior. Ou seja, quanto a avanços que poderíamos ter em curto prazo, nós ainda os teremos muito distantes. É fundamental o apoio. Essa emenda foi acolhida, em parte, ao associativismo e ao cooperativismo.

Ação nº 1.292, apoio financeiro a produtores rurais no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha: em vez de financiar pequenos produtores rurais, associações e grupos, na verdade essa nossa emenda foi a mudança de metafísica. Então haveria a necessidade da inclusão do cooperativismo.

Sabemos que é uma área, sobretudo o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri, que demanda uma atenção especial, por isso ficou em destaque no PPAG e na nossa emenda. Infelizmente essa emenda também foi rejeitada.

No Programa nº 3, arranjos produtivos em biotecnologias, biocombustíveis e eletroeletrônicos, temos uma emenda de texto em que destacamos o respeito, além da questão econômica, à questão social e ambiental da produção. A emenda, infelizmente, foi rejeitada.

Dentro do Programa nº 211, indução do desenvolvimento científico e tecnológico, apresentamos, na Ação nº 4.517, apoio tecnológico a projetos especiais, para induzir desenvolvimento científico e tecnológico promovendo o fomento e apoio a projetos em áreas consideradas prioritárias no Estado, a saber: recursos hídricos, florestas renováveis, atividades minerárias, agronegócios, digitalização do acervo histórico e

cultural, e acrescentamos também a agroecologia e a agrobiodiversidade. Entendemos que o verdadeiro avanço será na linha agroecológica. Não basta produzir em quantidade, mas em qualidade. A qualidade não está na beleza dos produtos, mas na ausência de qualquer veneno, de qualquer resíduo e também a agrobiodiversidade. Não podemos financiar as monoculturas que quebram a biodiversidade. Quebrada a biodiversidade, a falta da defesa natural exige o uso dos venenos para combater as pragas.

Nessa linha, é importante dizer que nosso projeto que tramitou recebeu substitutivo na Casa, foi aprovado em Plenário e, quando foi para o governo, foi vetado pelo Governador. Foi vetado um projeto dos transgênicos, dos organismos geneticamente modificados, que, para nós e para uma camada significativa da sociedade, é importante. Temos pesquisas sobre a ameaça desses produtos à saúde das pessoas, sobre a destinação da sobra desse material. Isso é um problema, e estávamos adequando-o à lei federal de biossegurança, mas infelizmente foi vetado, recebeu o veto total. É por isso que trazemos aos colegas a nossa indignação. Reconheço o cansaço de cada um, mas quero registrar o esforço. Não existe nenhum projeto de minha autoria feito simplesmente no gabinete com uma equipe técnica; todo projeto de minha autoria é discutido na base. Fazemos essa discussão na comunidade, Deputado Sargento Rodrigues; não é que a ordem seja obstruir, mas esta Casa tem de ser respeitada, assim como o papel do Deputado. Se um dos nossos papéis é legislar, temos de trabalhar. Nesse projeto, houve um trabalho da Casa, das comissões, dos servidores da Casa, ou seja, houve um dispêndio de serviço, de dinheiro público. Então o Governador veta, e fica por isso mesmo?

Isso não pode, é um desrespeito a esta Casa, uma vez que recebemos notas técnicas de algumas secretarias do governo apoiando pelo menos o substitutivo do projeto. De fato, temos de ficar indignados pela falta de respeito conosco. Temos o dever de legislar e fiscalizar, e o governo não pode nos impedir de trabalhar esse assunto, que, quando trabalhado, recebe esse veto total.

No PPAG, incluímos também o ponto do investimento na linha da ciência e tecnologia e da pesquisa, que recebeu um parecer favorável, por meio de uma subemenda.

Também procuramos dar a nossa contribuição no Programa nº 123, fomento à produção cultural, na Ação nº 4.409, estímulo à produção cultural. Em vez de incentivar e apoiar a produção cultural em suas várias modalidades, contribuindo para a manutenção da diversidade cultural e artística de Minas Gerais, priorizamos as associações locais e comunitárias e os pequenos grupos organizativos. É uma das maneiras para fazer nascer uma nova cultura na linha do associativismo e do cooperativismo, superando o individualismo.

Poderia destacar cada ponto do PPAG, as emendas que foram acolhidas e as que não foram, com preocupações em geral. Tentarei fazer um resumo para não cansar muito os nobres colegas, falando por temas, em vez de falar por ação. Um dos pontos que defendemos é o investimento em relação à segurança, que sabemos estar um caos. Às vezes, dizem que São Paulo está um caos, mas não é verdade. Tivemos audiência pública na região de Fronteira, no Sul de Minas e São Paulo, e a comunidade, sobretudo a rural, dizia que a segurança está mais firme em São Paulo, e os bandidos estão vindo e atuando em Minas Gerais porque São Paulo está com maior rigor ou maior cobertura. Isso demanda maior investimento nessa área, para a qual também procuramos contribuir no PPAG.

Na linha dos presídios, é uma vergonha, um grande escândalo, demandando um alto investimento. Os condenados nunca deveriam estar nas cadeias, a não ser que fossem cadeias públicas ou presídios. Temos ainda milhares de presos nas cadeias, sob a custódia da Polícia Civil, que tem um escandaloso déficit de pessoal, o que leva a um tratamento desumano, que não se justifica. Na área onde teríamos no máximo 80 presos, estamos com 200 ou mais. Essa é a realidade carcerária, que demanda investimento e que tem de ser reconsiderada no PPAG. Há exemplos, no Estado, de humanidade, de recuperar de fato o ser humano, que são as Apacs, que precisam também de investimento e têm de estar contempladas não só no PPAG, mas também no Orçamento. A Apac é um modelo de recuperação, na qual o índice de recuperação de um preso é mais de 90%, enquanto, na cadeia, no presídio e na penitenciária, este não chega a 15%.

Então, se é um modelo, por que não há um investimento à altura em respeito à criatura humana, que deve ser resgatada? Se cometeu um crime, tem de ser contida e receber a punição conforme manda a lei. Todavia é preciso que lhe sejam dadas as condições para recuperar-se e ter profissão e estudo. Lamentavelmente, grande parte não teve oportunidade de estudar e de exercer a profissão porque não obteve qualificação profissional. Infelizmente, como não morrerão de braços cruzados, rompem com a ética, a educação religiosa e a formação familiar e, às vezes, integram-se ao mundo do crime, até mesmo como forma de sobrevivência.

Portanto apresentamos também no PPAG essa preocupação. Só que essa preocupação da Casa como um todo tem de vir de forma concreta. Sendo contemplada, precisamos de investimento e de apoio às Apacs, que são um exemplo para a recuperação do ser humano.

Outro ponto que é fundamental contemplar é uma educação específica para o jovem rural. Hoje, em Minas Gerais, há dezenas de Escolas-Família Agrícolas. A Escola-Família Agrícola tem a pedagogia da alternância, ou seja, o jovem fica 15 dias em casa, trabalhando, porque são oriundos da agricultura familiar, e 15 dias na escola. Dessa forma não há uma ruptura com as raízes, que são as famílias, e recebem uma formação adequada à propriedade. Aí é estimulado a permanecer no campo, com tecnologia adequada para as pequenas propriedades.

Portanto contemplamos, tanto no PPAG quanto no Orçamento, o apoio aos jovens rurais. Toda juventude precisa de atenção especial - aliás, precisa de apoio não só para o futuro, mas também para a realidade de hoje. São necessárias políticas públicas específicas para a juventude, sobretudo na linha de geração de trabalho e renda, do primeiro emprego. O que tivemos no Estado, até hoje, é uma migalha, algo simbólico, com uma atuação muito localizada, mais aqui em Ribeirão das Neves. São 853 Municípios. Certamente mais de 800 demandam uma política específica para a juventude como um todo. Temos aqui essa ênfase para o jovem rural.

Outro ponto que contemplamos no PPAG foi o biocombustível ou o agrocombustível. Embora no Brasil tenham sido descobertos novos poços de petróleo, sabemos que o petróleo de origem fóssil é finito e altamente poluente. Temos a convicção de que, nessa questão de energia, a solução para Minas Gerais, o Brasil e o planeta é a energia renovável. Aí, Minas Gerais pode dar a grande contribuição por meio da produção do álcool combustível. Vejam bem! Não defendo a produção do álcool por meio das grandes usinas, mas, sim, pelas microdestilarias. Quer dizer, da mesma forma que produz a cachaça, cada conjunto de agricultores familiares deve produzir o álcool. Isso resolve ainda um grande problema.

Ao produzir a cachaça, há tanto a água fraca, que é um resíduo, quanto a cachaça-de-cabeça, que também é um resíduo. A proposta é, a partir desse resíduo, então, produzir o álcool. Quem quisesse produzir somente o álcool poderia fazê-lo.

Assim, em Minas Gerais, já temos dezenas de microdestilarias funcionando, produzindo 1.000 litros de álcool por dia, às vezes até 10 mil litros por dia. Foi o primeiro Estado do País a ter uma lei de apoio à política das microdestilarias e de outros produtos da cana-de-açúcar. Ocorre que essa lei não foi regulamentada e, portanto, não avançamos. Inviabilizaram as condições para que o pequeno pudesse investir nas unidades de microdestilarias. Isso é a solução, pois, por meio dessas unidades, não haverá nenhum resíduo. Além disso, é uma produção diferente da monocultura da cana-de-açúcar, que é um desastre, pois quebra a biodiversidade, causa a erosão do solo, além de utilizar herbicidas. Então, além de destruir o mato, temos provas de que pássaros e todos os outros bichos são eliminados.

Sou natural, Deputado Weliton Prado, de uma cidade chamada Urucânia. Ela já foi a maior produtora de cana da Zona da Mata. O cultivo migrou para o Triângulo Mineiro. Então, sei não só na pele, mas na carne o que é a monocultura da cana, que é um desastre econômico, social e ambiental. Trata-se de uma atividade que não tem sustentabilidade econômica, porque a pessoa fica refém da economia. Se o preço cair, ela

não tem alternativa, nem como se sustentar. Por outro lado, não há sustentabilidade social, porque há a utilização de maquinaria para tudo, para a capina, para o plantio e para a colheita; há a exclusão da força de trabalho em grandes áreas. Por fim, não há a sustentabilidade do meio ambiente, pois há as arações profundas e, com a primeira chuva, lava-se toda a parte fértil, provocando embaixo a erosão dos rios e prejudicando as nascentes.

Assim, a monocultura é altamente degradadora. Qualquer uma o é, mas sobretudo a da cana e a do eucalipto.

O que defendemos aqui no PPAG é investimento e apoio às políticas, Deputado Luiz Humberto, para as microdestilarias. Em vez de implantar uma grande usina, coloquemos nas propriedades, em cada comunidade rural uma unidade de microdestilaria. Estaremos dando um salto de 1 bilhão de litros de álcool por ano, que é a produção de Minas, para mais de 20 bilhões, sem comprometer as outras culturas. Continuaremos produzindo o milho e o feijão. Tudo isso é possível na linha da microdestilaria, mas não o é na da grande usina.

Na microdestilaria, a ponta da cana, bem como o próprio bagaço, serão utilizados para o gado.

Contamos com o apoio dos colegas. Na hora da votação da emenda, se ela não for destacada e lida, votaremos coisas que não sabemos. Esse é um problema. Quem não acompanhou o Orçamento nem de perto nem de longe terá uma grande dificuldade, pois poderá votar contra algo que é de grande interesse da comunidade e da sociedade.

Então, são essas as nossas considerações.

Continuaremos, Deputado Weliton Prado, externando a nossa indignação. Conto com a compreensão dos colegas e nem desejarei feliz Natal agora, porque discutiremos e encaminharemos as emendas que estão em destaque. Externamos nossa indignação em relação ao veto sobre o projeto de lei que trata dos organismos geneticamente modificáveis. Houve arbitrariedade do governo, que, após participar da tramitação, fez esse veto total que, de certa forma, nos impede de legislar.

É um direito que temos. Peço perdão se estamos sendo inconvenientes, mas esta tribuna é um recurso de que dispomos não só para externar nossa indignação, mas também para propor ao Estado alguns rumos, sobretudo auxiliando os pequenos. Quando o Estado se ausenta e deixa cada um por si mesmo, aumenta a violência, tanto a urbana quanto a rural.

São essas as nossas considerações, Sr. Presidente, em relação ao PPAG. Conto com o apoio de V. Exa. relativamente ao veto sobre o nosso projeto, que trata dos organismos geneticamente modificados.

Saudação ao Deputado João Leite, por quem também tenho admiração.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, prometo ser breve. Só gostaria que fosse registrado nos anais desta Casa nosso posicionamento em relação ao PPAG 2008-2011, que se baseia no PMDI 2007-2023 e nas estratégias ali expostas, que foram construídas, conforme alinhava o Poder Executivo, a partir do raciocínio fundamental da segunda geração do choque de gestão, sobre o qual temos vários questionamentos.

O PPAG 2008-2011, em especial, contempla uma carteira de 57 Projetos Estruturadores, em 11 Áreas de Resultados, como Vida Saudável; Logística de Integração e Desenvolvimento; Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce; Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva; Rede de Cidades e Serviços; Protagonismo Juvenil; Defesa Social; Investimento e Valor Agregado da Produção; Educação de Qualidade; Inovação, Tecnologia e Qualidade; Qualidade Ambiental.

A proposta apresenta seriíssimos problemas, mesmo na sua concepção, mas demonstra que as carências do Estado, especialmente de políticas sociais e investimentos nas regiões e nos Municípios mais pobres, infelizmente não estão claras no PPAG.

Percentualmente, as áreas de Protagonismo Juvenil e Educação de Qualidade, por exemplo, estão entre as que recebem menos recursos, embora devam representar prioridades. Infelizmente, para o Protagonismo Juvenil e para a Educação de Qualidade estão previstos menos recursos no PPAG.

Além disso, as metas, que são muito importantes, e os programas não admitem universalizar nem a Poupança Jovem nem a Escola em Tempo Integral, duas propostas que fizemos, fundamentais para que possamos universalizar o Poupança Jovem, com abrangência para o maior número de Municípios e estudantes possível, não ficando centralizado em apenas duas ou três cidades. Buscamos, ainda, garantir a Escola em Tempo Integral ao máximo de alunos possível, de preferência universalizando-o, ou seja, atendendo a todos os 853 Municípios do Estado de Minas Gerais. Infelizmente, o PPAG não tem esse alcance, eis por que ficam aqui nossa crítica e nossos questionamentos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, neste momento eu não poderia deixar de comentar algumas questões sobre o Projeto de Lei nº 73/2007, de autoria do Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo, em fevereiro de 2007, apresentou esse projeto de lei. Após alguns meses, a tramitação da proposição passou por várias comissões e hoje chega ao Plenário para, em 2º turno, ter a sua aprovação e, posteriormente, chegar à sanção. O conteúdo do projeto é de uma importância fundamental. É tão importante que eu não poderia neste momento furtar-me a fazer alguns comentários.

O Deputado Gilberto Abramo propõe a todos os hospitais de Minas Gerais, independentemente da sua grandeza, da sua qualificação, do seu porte e dos seus procedimentos, que toda vez que um paciente for ali atendido e que tenha ingerido qualquer alimento que lhe tenha provocado intoxicação, de qualquer espécie, seja acionada a Vigilância Sanitária, Deputado Hely Tarquínio, para tomar as providências devidas junto a quem vendeu esse produto que causou a intoxicação. É fundamental.

A Secretaria de Saúde tem um departamento da Vigilância Sanitária, e V. Exa. conhece muito bem como funciona. Quando se apresenta algum questionamento, às vezes a resposta demora anos. Lembro-me de que entrei há algum tempo com um pedido de alvará de funcionamento de um hospital, e só foi autorizado após quatro anos.

Para não desiludir o nobre Deputado Gilberto Abramo, entendo que o seu projeto é de fundamental importância, mas lamento, Deputado João Leite, porque, quando se chega a determinados hospitais de cidades pequenas, eles nem sabem o que é Vigilância Sanitária. Não existe isso lá.

Mal existe o atendimento a esses pacientes. Vamos supor que você tome um copo de leite contaminado; dependendo do seu organismo, alguma coisa acontecerá. O primeiro sintoma é um mal-estar gástrico, depois pode ter um sintoma de náuseas, de vômito e, posteriormente, se evoluir e você entrar em um processo de septicemia intestinal, terá diarreia. A partir daí, o médico, notando isso, tem de acionar a Vigilância Sanitária, mas essa Vigilância Sanitária não existe. Aí, é a mesma coisa de chover no molhado.

Não posso deixar de cumprimentar o Deputado Gilberto Abramo. A intenção foi das melhores possíveis. Vou votar favoravelmente, com o Deputado. Acho fundamental projetos como esse serem materializados. Temos inúmeros hospitais que não têm nem atestado de funcionamento, Deputado Gilberto Abramo. Se verificarmos quais hospitais estão capacitados para terem suas portas abertas, não vamos encontrar mais do que uma dúzia. Baseado nesse raciocínio, faço votos que você tenha bastante sucesso nesse projeto de lei, pela maneira que você manifestou, pela sua determinação. Ficarei muito satisfeito se os médicos, quando forem examinar principalmente os pacientes do SUS, diagnosticarem que foram intoxicados por produtos vencidos. Quando isso acontecer, tomarão alguma providência, e que essa providência se materialize naquilo que você está pedindo aqui.

Mas, saindo desse assunto, Presidente, para encerrar minhas palavras, porque acho que os Deputados estão querendo entrar em férias, gostaria de registrar que é normal, no fim do ano, alguém desejar feliz Natal. É uma época de renovação, uma época em que a estrela guia aparece e alguém nasce. Com esse nascimento, inicia-se uma nova jornada. Para não fazê-lo pessoalmente a cada um dos meus colegas desta Casa, eu o faço desta tribuna, desejando à Gláucia e a sua família um feliz Natal. Que você tenha mais sucesso e felicidade do que teve neste ano, nesta Casa. Fui muito amigo do seu falecido amigo e me lembro perfeitamente da jornada que aqui tivemos. Ele estará lá, contemplando sua atuação aqui. Aos demais Deputados, que o ano-novo seja repleto de felicidades e que possamos voltar aqui no dia 1º de fevereiro, uma sexta-feira. É, Elisa Costa, lamentavelmente o calendário nos trouxe aqui dia 1º de fevereiro.

Quero deixar claro que estou partindo para minha terra natal muito tranqüilo porque comemorei o Natal com meus filhos, com meu pai, que tem 97 anos de idade, e porque tenho a certeza absoluta de que foi um ano de muita prosperidade. Notei o Deputado Sebastião Helvécio numa luta incansável para conseguir ser Conselheiro do Tribunal de Contas. Obrigado, Sebastião, pela cartão singelo que você encaminhou ao meu gabinete. Faça votos que tenha muita paz e saúde. Quando estiver aqui, disputando provavelmente com o Mauri Torres, que também se lançou candidato, que seja uma disputa vitoriosa tanto para você quanto para ele, porque é uma vaga que todos nós pretendemos.

Sr. Presidente, muito obrigado por ter-me suportado durante este ano, mas tenha a certeza absoluta que as questões que suscitei de V. Exa. foram de maneira democrática. Jamais quis desviar minhas pretensões querendo obstruir ou radicalizar. Muito pelo contrário, quis sempre ajudar.

O Deputado Adalcleber Lopes (em aparte)* - Caro Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho aqui, neste aparte, desejar um feliz Natal a todos. Deputado Rêmoló Aloise, meu querido irmão e amigo, gostaria de dizer que V. Exa. e sua família hoje sofreram um ataque covarde e lembrar Shakespeare, que disse: "Mesmo que seja tão casto quanto o gelo ou tão claro quanto a neve, jamais fugirá da calúnia".

Às vezes, é melhor sofrer a calúnia do que cometê-la. Conheço V. Exa. e tenho a certeza de que passará o Natal em paz, cheio de amor, porque tem uma família linda - conheço todos os seus filhos e o seu pai, que é maravilhoso.

Querido amigo Rêmoló, há coisas que temos de jogar ao mar, e V. Exa. ainda navegará muito a favor do povo de Minas Gerais, ao nosso lado, ao lado dos seus amigos. Tenho certeza de que os que V. Exa. atende só lêem jornal quando compram ovo - os mais necessitados e os mais humildes.

Muito obrigado, Deputado Rêmoló Aloise, e feliz Natal. Tenho certeza de que o senhor passará o Natal em paz, com as nossas orações e as de seus familiares.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Apenas quero dizer a V. Exa. que as suas palavras engrandeceram tanto o meu pronunciamento que só tenho de dizer muito obrigado. Mas gostaria também de dizer-lhe que ninguém chega à paz se não guerrear. Somente por meio da guerra se consegue a paz, e estamos preparados para chegar à paz depois da tormenta da guerra. Muito obrigado a todos e que Deus nos dê saúde para que, no ano que vem, continuemos nesta batalha.

Ao encerrar, quero dizer que recebi alguns telefonemas dos eleitores hoje - consegui ter 50 mil votos, Elisa -, perguntando-me se eu tinha perdido meu mandato. Disse-lhes que ainda não. Então vai o recado aos que me ligaram que ainda não perdi o meu mandato, ainda estou Deputado e, com muita tranqüilidade, espero encontrá-los, Cecília, se Deus quiser. O próximo ano será de eleições; muitos aqui terão de disputá-las, e outros terão de ajudá-los. Estaremos entrincheirados para combater os que nos combatem. Tenho certeza de que vários colegas nossos terão sucesso absoluto em seus embates eleitorais no próximo ano.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Deputado Rêmoló Aloise, na legislatura passada, grande parte das reuniões foi presidida por V. Exa. Travamos verdadeiros embates, e, várias vezes, eu esbravejava e tinha minha palavra cortada constantemente. Faço meus questionamentos, e, do ponto de vista ideológico, podemos ter várias discordâncias, mas não podemos permitir, de maneira alguma, que a disputa na política vá para o lado individual e pessoal. Rechaçamos e não aceitamos isso em hipótese alguma. Temos de deixar as colorações partidárias de lado, fazer as disputas na hora certa, mas com alto nível, sem levar para o lado familiar e pessoal.

Deixo aqui toda a nossa solidariedade a V. Exa., compreendendo todas as disputas que travamos nesta Casa, mas sempre em alto nível e com muito respeito.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Agradeço ao nobre Deputado Weliton Prado. Só queria lembrá-lo de uma questão com a qual concordará. Como tive oportunidade de, em quatro anos, presidir 90% das reuniões desta Casa, conforme solicitado pelo nobre Deputado Mauri Torres, e, por dever de ofício e por ser 1º-Vice-Presidente, tinha de fazê-lo, todas as vezes que eu cortava a palavra de V. Exa. por uma questão regimental, aumentavam seus votos - achavam que eu estava contrariando o que V. Exa. estava fazendo. Então, tenho certeza absoluta de que contribuí com os mais de 100 mil votos que teve, nem que seja com alguns. Você me dizia para cortar a sua palavra que seus votos iriam aumentar. Obedeci fielmente ao seu pedido, quando me solicitava que eu deletasse o seu excesso nesta tribuna.

Muito obrigado a todos, e vamos em frente, porque a vida não pode parar.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, tenho acompanhado atentamente as manifestações desses ambientalistas de plantão e algo me estranha. Falarei para V. Exa. que tenho um grande orgulho de ser parceiro principalmente desses Deputados votados no Norte de Minas. Por quê? Porque são homens que defendem aquele povo, buscam, com intransigência, melhorias para a região do Norte de Minas. Alguns também são votados no Vale do Jequitinhonha e, com toda a dificuldade, vencem algumas das lutas.

Hoje, começo a ficar preocupado ao ver como aqueles defensores intransigentes dos interesses do povo do Norte de Minas abrem mão de criar uma situação diferenciada no nosso Estado, em que a reserva ambiental é de 20%. Querem sobrepor a mata seca a algo em torno de 40%, 50%, 60% e até o absurdo de 100%. Ouvi atentamente alguns dos Deputados do Norte de Minas e repito que reverencio e respeito todos. Mas como é que, num momento grave desses, deixam de defender os interesses do povo do Norte de Minas, onde cada palmo de terra produtiva vale ouro, porque sustenta uma, duas, três, quatro famílias, porque a terra é escassa? Por que não se briga para a manutenção de 20, 30, 40, 50, 100% da mata atlântica, onde a AngloGold "planta" os seus loteamentos, a Vale do Rio Doce "planta" suas minerações e a MBR devastou meio mundo, do lado de lá da Serra do Curral? Esses mesmos Deputados valerosos do Norte de Minas se agacharam diante de uma intempestiva aberração. Por que não colocam as mesmas condições no Triângulo Mineiro, onde plantam cana até dentro d'água? As áreas de preservação permanente do Triângulo Mineiro estão no Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas, onde cada palmo de terra produtiva vale ouro.

Se os senhores deixarem permanecer ou passar uma aberração dessas, perderei todo o respeito que tenho por todos os Deputados votados no Norte de Minas, porque não terão dignidade para defender seu povo, devendo haver algum interesse por trás disso não declarável à população.

É muito difícil entender que alguém aceite uma aberração desse tamanho. Não quero nominá-los aqui, mas voltarei para dizer ao povo de Norte de Minas que, se deixarem passar essa aberração, seus representantes desta Casa não têm dignidade. Mas quero continuar acreditando que cada um dos valerosos representantes do Norte de Minas tem honra e pode fazer isso. Temos de estender essa legislação a todo o Estado de Minas Gerais onde há reserva de mata atlântica, onde há possibilidade de devastação e de desertificação, como é o caso do Triângulo Mineiro, onde os usineiros assolaram e tomaram conta da terra, do povo, dos Deputados, que agora inclinam-se, agacham-se, esbarracham-se no chão diante de uma aberração dessa natureza. Isso não é ambientalismo, é covardia com o povo que luta diuturnamente para defender cada palmo de chão, com água, sem água, na seca, partindo folha de cactos para sustentar o gado, e poucos permanecem vivos.

Ou os senhores mostram que têm honra nesta Casa ou rasguem os seus diplomas de Deputados. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Rinaldo* - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.854/2007 teve um deslize, visto que tiraram o direito dos médicos da Fhemig, que fazem 12 horas, de passar para 24 horas, caso não estivessem fazendo 24 horas extras. E eles tinham esse direito estabelecido na Lei nº 15.462, de 2005.

Então, a nossa emenda vem justamente para corrigir essa falha e estabelecer que todos os funcionários da Fhemig possam mudar a sua carga horária de 12 para 24 horas, fazendo hora extra e recebendo o Adicional de Dedicção Integral - ADI -, como diz o projeto atual. A nossa emenda vem ratificar o direito, que esses médicos já tinham em 2005, de continuar podendo optar por 12 ou 24 horas, desde que seja de acordo com a administração. Fizemos isso apenas para que esse defeito fosse corrigido. Isso mesmo, do João XXIII, um dos médicos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, a Comissão de Saúde apresentou algumas emendas coletivas ao Orçamento do Estado. Essas emendas foram fruto de uma discussão ampla na Comissão e de um entendimento entre os membros da Mesa, depois de um trabalho realizado durante todo o ano nesta Casa, em diversas reuniões e audiências públicas realizadas aqui e fora daqui, em diversas regiões do Estado, e também depois de alguns entendimentos com a própria Secretaria de Saúde, para que pudéssemos entender quais seriam as maiores necessidades daquela Secretaria. Baseamo-nos no nosso entendimento e na posição da Secretaria. As emendas foram essas a que rapidamente gostaria de me referir.

Emendas para o sistema de transporte sanitário na ordem de R\$14.000.000,00; emendas para o Pró-Hosp Urgência e Emergência, um programa que ainda não existe e que está programado para funcionar a partir de junho do ano que vem. Propusemos R\$60.000.000,00 a fim de que o programa já exista no início do próximo ano. Mais ambulâncias e "vans" na ordem de R\$25.000.000,00, mais um auxílio ao Pró-Hosp da ordem de R\$50.000.000,00. Farmácia de Minas, R\$12.000.000,00. O Farmácia de Minas é um programa que deveria atender mais 50 cidades no próximo ano e estamos propondo que atenda a mais 100 cidades. Saúde em Casa, mais R\$33.000.000,00, um aumento de 50% de incentivo às equipes do Programa de Saúde da Família e mais R\$32.000.000,00 de investimento no Saúde em Casa, passando a ser atendidas mais 178 cidades além das 530 programadas, perfazendo um total de R\$225.000.000,00, com emendas coletivas da Comissão de Saúde.

Muito bem, tivemos amplo apoio desta Casa. Tivemos apoio das Lideranças, da diretoria da Casa, dos nossos pares e fomos entender-nos com o governo, buscar apoio do governo para que pudéssemos votar essas emendas e aprová-las se fosse possível. Tivemos contato com o Secretário de Saúde Marcus Pestana e toda a sua equipe, com o Vice-Governador Prof. Antônio Anastasia, com a Secretária de Planejamento Renata Vilhena e, finalmente, com o Governador Aécio Neves.

Devo dizer aos senhores que, felizmente, tivemos uma boa receptividade porque, no final das contas, a aceitação dada por esta Casa e o fato de o governo ter acatado nossas posições mostrou a precariedade do sistema de saúde que estamos vivendo no Estado de Minas Gerais e em todo o País, especialmente depois do que ocorreu em Brasília.

Teríamos um alento com a regulamentação da Emenda nº 29, mas isso não ocorreu, e ninguém sabe quando ocorrerá. Houve a questão da CPMF, que não criticarei, mas não foi aprovada. O que está acontecendo em Brasília, Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares? Já houve um corte do orçamento da saúde agora em Brasília, pegando Minas Gerais inicialmente, apenas com um corte parcial de emendas de bancada na questão de informatização e de melhor estrutura dos programas de atenção básica, nas unidades básicas de saúde, de R\$50.000.000,00 apenas para Minas Gerais.

Levando em consideração esses fatos, penso que o governo de Minas felizmente foi sensível e entendeu o nosso posicionamento. A explicação que quero dar a esta Casa é que as emendas estão aí e naturalmente foram rejeitadas pelo relator. Entendemos a posição do Deputado Zé Maia, que foi muito compreensivo, receptivo e solidário com as nossas posições. Mas recebemos da Secretaria de Planejamento, no dia 18 de dezembro - há dois dias -, um ofício assinado pela Secretária Renata Vilhena dizendo que, em resposta ao nosso ofício e às nossas reuniões, de um montante de recursos que serão manuseados pela Secretaria de Planejamento no próximo ano, R\$80.000.000,00 serão destinados para suprir as demandas do setor de saúde pública, por meio de remanejamento de crédito, após publicação do citado decreto referente ao exercício de 2008, ainda no primeiro bimestre de 2008.

Portanto, segundo palavras da Secretária Renata Vilhena, a saúde receberá, caro Deputado Paulo Cesar, em fevereiro, a quantia de R\$80.000.000,00 como suplementação orçamentária para o setor.

E mais: gostaria de dizer aos prezados colegas, no início da votação do Orçamento, que é o encerramento dos nossos trabalhos neste ano, que tivemos por parte do governo, cara Deputada Maria Lúcia Mendonça, o compromisso de um percentual expressivo dos recursos a serem arrecadados, em razão da anistia que votamos do ICMS. Serão recursos muito expressivos; perto de 12% dos recursos arrecadados pelo

Estado no próximo ano serão destinados à saúde.

Então, caro Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em razão do posicionamento do governo, do atendimento, de forma muito expressiva, dos nossos pleitos, destacamos as emendas e iremos retirá-las, porque a Comissão de Saúde se sente bastante contemplada com esse posicionamento, que poderá dar um rendimento muito mais substancial a esse setor tão crucial para a vida da população do Estado de Minas Gerais.

Eram essas as considerações que queria fazer, Sr. Presidente, cumprimentando todos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Só queria cumprimentá-lo, parabenizá-lo e, além disso, dizer-lhe que fico muito honrado e feliz em pertencer à Comissão de Saúde e poder trilhar com V. Exa. esse caminho e realizar esse trabalho, para que façamos a diferença na saúde pública do nosso Estado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta as palavras. Esse foi um trabalho coletivo, e estendo os meus cumprimentos a ele e aos Deputados Doutor Rinaldo, Hely Tarquínio e Ruy Muniz, enfim, a toda a Comissão de Saúde.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)* - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo pelo seu trabalho como nosso líder na Comissão de Saúde. Essa suplementação será muito importante. Estivemos fazendo todas essas visitas, conforme dito. O governo foi sensível graças ao trabalho da Comissão de Saúde e à sua Presidência. Foi um prazer fazer parte desse trabalho e garantir essa suplementação para a saúde em Minas Gerais.

O Deputado Carlos Mosconi* - Deputado Doutor Rinaldo, muito assíduo e laborioso na Comissão, agradeço-lhe as palavras. Parabéns pelo trabalho.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Quero aqui também fazer minhas as palavras dos Deputados Carlos Pimenta e Doutor Rinaldo. Além disso, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo por ser o nosso timoneiro na Comissão de Saúde, trazendo para Minas Gerais sua experiência no plano federal, como idealizador do SUS e autor da Emenda nº 29, que estamos lutando tanto para regulamentar. V. Exa. tomou uma primeira medida, uma iniciativa, quem sabe até passando um pouco por cima da Constituição, em razão das nossas limitações para legislar. Procuramos tentar, juntamente com a Comissão de Saúde, pioneiramente - até invertendo um pouco a hierarquia -, regulamentar a Emenda nº 29, diante das nossas necessidades. Muitas vezes a lei é realmente o produto e o reflexo da necessidade e das carências do povo.

Portanto, quero saudar V. Exa. e cumprimentar a Comissão de Saúde, principalmente V. Exa., que teve a idéia criativa de buscar uma emenda que contemplasse as deficiências da saúde. Parece que V. Exa. estava adivinhando que a CPMF não seria aprovada, o que trará lacunas de recursos, que serão suplementadas - ou talvez até sejam preenchidas as lacunas que deixará essa contribuição, sem deixar o povo de Minas "na mão" - com essa emenda apresentada por V. Exa. e pela Comissão de Saúde e que foi acolhida pelo nosso Vice-Governador, na pessoa da Renata Vilhena. Logicamente, houve o acordo e a compreensão permanente e pronta - sempre, digamos assim, buscando fazer a felicidade do povo de Minas Gerais - do nosso Governador Aécio Neves, que tem investido na saúde - aliás, cada vez mais tem aplicado dinheiro na saúde, criando formas de se gastarem mais do que 12% dentro dos seus projetos e programas estruturadores, que todos conhecem, como os do PSF, do Viva Vida, da Urgência e Emergência, do Pró-Hosp. Com essa emenda, V. Exa. não deixará Minas Gerais "na mão". Ficamos felizes porque a Assembléia Legislativa está dando resposta às carências do povo de Minas Gerais.

Parabéns pelo trabalho. Foi um prazer trabalhar este ano com V. Exa. Estamos diante de alguém que tem experiência e capacidade criativa e traz para Minas Gerais todo esse espírito criativo. Por isso estamos felizes com sua presença nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi* - Deputado Hely Tarquínio, obrigado. Manifesto a minha satisfação de trabalhar com V. Exa. na Comissão de Saúde.

Sr. Presidente, finalizo as minhas palavras manifestando meu contentamento pela atitude desta Casa em relação à saúde, que, aliás, é sempre tão desprezada no nosso país, lamentavelmente, e não se sabe o porquê. Gostaria de cumprimentar o governo de Minas pela sensibilidade que neste momento demonstra, em face desse problema em Brasília. Não sabemos o que acontecerá no ano que vem nem como será o orçamento da saúde em Brasília. Não sei se haverá ou não a reforma tributária em fevereiro. Enfim, o governo de Minas saiu na frente, protegendo o setor, que é tão precário em todo o País. A todos o meu muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Cumprimento a todos. Prometo ser o mais breve possível. Aliás, tenho 80 emendas destacadas, que dariam para discutir por mais de 40 horas. Poderia encaminhar, mas não vou fazê-lo. Discutirei o mais rápido possível.

Houve um aumento do orçamento de 2003 para 2007. Em 2003, era de R\$17.000.000.000,00, passando agora para mais de R\$35.000.000.000,00. Fizemos um estudo amplo, colhemos sugestões e reivindicações do conjunto dos Municípios mineiros, de todas as regiões do Estado. A proposta tem sérios problemas, inclusive na sua concepção. Ficam claras aqui as carências do Estado, principalmente nas políticas sociais e de investimento nas regiões e nos Municípios mais pobres. Eles não terão os seus problemas resolvidos.

Tenho quatro críticas em relação ao orçamento. A primeira diz respeito à baixa execução orçamentária de 2007 - aliás, farei um detalhamento. A segunda diz respeito aos gastos e suplementações crescentes em publicidade. De 2003 para cá, houve um crescente gasto nessa área. A terceira refere-se à não-inclusão de demandas de Municípios mineiros que, enquanto gastam um total de 10% do seu orçamento com atribuições do Estado e da União, não vêem contempladas as obras de que necessitam. Então, os Municípios têm muitas necessidades, gastam muito com atribuições do Estado e da União e, infelizmente, não têm essa compensação por parte do Estado de Minas Gerais.

Um outro ponto diz respeito ao descaso do governo do Estado em relação a investimentos nas regiões do Triângulo e do Alto Paranaíba. São as duas regiões que estão recebendo menos recursos no orçamento do Estado.

Para provar a baixa execução do Estado, citaremos algumas aplicações. Em apoio a programas habitacionais, sabem quanto foi executado? Nada! Estavam previstos R\$9.000.000,00. Estou-me referindo ao orçamento deste ano. Não queremos que venha a repetir-se o mesmo no ano que vem. O programa Lares Geraes teve uma aplicação de 16%. No saneamento básico, que é fundamental, no programa Mais Saúde para Todos, estavam previstos R\$195.000.000,00, mas foram aplicados apenas 0,61%. Pasmem, Srs. Deputados! Esses são dados oficiais. Repito, foram aplicados apenas 0,61%. Não foi alcançado nem 1% nesse programa.

Se formos ver o programa de infra-estrutura nos Municípios, veremos que apenas 2% dos recursos totais de mais de R\$3.000.000,00 foram aplicados. No Escola Viva, Comunidade Ativa, no ensino médio, aplicou-se zero, nenhum centavo. Em escolas em rede, no ensino fundamental,

estavam previstos R\$10.000.000,00, mas não foi aplicado nenhum centavo.

Em relação à implementação de lavouras comunitárias, também não foi aplicado nada, nenhum centavo. No Saúde em Casa e no Infra-Estrutura, programas aprovados no orçamento do ano passado, nenhum centavo tampouco foi aplicado. O mesmo ocorreu com o programa Saúde na Escola. Em infra-estrutura de aeroportos no Triângulo e Alto Paranaíba, estava prevista também a aplicação de recursos, mas não houve nenhum centavo.

Em contrapartida, darei um exemplo. Em publicidade, o governo do Estado aplicou, só em 2005, R\$226.000.000,00. Houve, então, uma suplementação muito acima do que estava previsto no orçamento. Para publicidade, gastam-se quatro ou cinco vezes mais do que aprovamos aqui; no entanto, para programas importantes, como Infra-Estrutura, Saúde na Escola e Saúde em Casa, infelizmente, a aplicação é praticamente zero, nada, nenhum centavo. Fica aqui a contradição e as nossas queixas.

A não-inclusão de demandas dos Municípios mineiros é o nosso grande questionamento. Os Municípios chegam a gastar 10% de tudo o que arrecadam.

Apresentarei para os Deputados um estudo técnico, a sistematização, a adequação e a análise de toda a correspondência remetida à Comissão de Assuntos Municipais pelas Prefeituras, sugerindo obras e investimentos nos Municípios, para possível inclusão no PPAG e também na Lei Orçamentária. As Prefeituras, Câmaras Municipais e associações microrregionais são atores essenciais na elaboração dessas importantes peças orçamentárias, ao mediar os interesses estaduais e municipais na definição dos investimentos prioritários para o período de 2008 a 2011.

Passarei rapidamente ao estudo. É importante destacar que quase todos os pequenos Municípios e as Prefeituras estão dispostos a reivindicar os recursos. Trata-se daquelas com menores condições de realizar grandes investimentos.

Vou proceder à leitura da relação de obras solicitadas pelos Municípios mineiros: Águas Formosas, na região do Jequitinhonha, solicitou segurança, com a construção de uma cadeia pública; Além Paraíba, na Zona da Mata, solicitou saneamento - uma obra de tratamento de esgoto em Além Paraíba; Araçá, na área de saneamento, quer o abastecimento de água na comunidade Fazendinhas Pai José; Arceburgo, no Sul de Minas, na área de meio ambiente, solicitou a construção de aterro sanitário para os Municípios de Guaranésia (sede), Cabo Verde, Muzambinho, Arceburgo, São Pedro da União e Monte Belo; Augusto de Lima, na região central, solicitou recursos para a cultura (construção de um centro cultural com auditório, palco, biblioteca e espaço para artesanato e formação profissional); Barroso, na região Central, na área de transporte, solicitou a pavimentação das ruas do Bairro João Bedeschi; Brazópolis, no Sul de Minas, na área de administração, solicitou a construção de um prédio para o Paço Municipal; Bueno Brandão, no Sul de Minas, na área de educação, solicitou a construção de um prédio para escola de ensino fundamental; Cabo Verde, no Sul de Minas, na área de meio ambiente, solicitou a construção de aterro sanitário para os Municípios de Guaranésia (sede), Cabo Verde, Muzambinho, Arceburgo, São Pedro da União e Monte Belo; Cachoeira de Minas, no Sul de Minas, na área de transporte, solicitou a recuperação de trecho da Rodovia MG-173; Camanduaia, no Sul de Minas, na área de transporte, solicitou a pavimentação da estrada Sede-Distrito de São Mateus-divisa com o Município de Gonçalves; Campina Verde, no Triângulo, na área do meio ambiente, solicitou a construção de uma usina de reciclagem de lixo; Carvalhópolis, no Sul de Minas, na área de saneamento, solicitou a construção de estação de tratamento de esgoto - ETE -; Casa Grande, na região Central, na área de habitação, solicitou a construção de conjunto de habitação de interesse social; Conquista, no Triângulo, na área de saneamento, solicitou a construção de estação de tratamento de esgoto - ETE -; Conceição do Mato Dentro, na região Central, na área de transporte, solicitou obras de construção de pontes, retificação de estradas rurais e colocação de mata-burros; Conceição do Rio Verde solicitou obras de infra-estrutura no Bairro Chácara das Rosas, galerias pluviais e meios-fios; Consolação, no Sul de Minas, solicitou a pavimentação da estrada municipal que o liga à BR-381, na altura do Município de Cambuí; Coronel Murta, no Jequitinhonha, solicitou a pavimentação, o calçamento das vias do Bairro Vila Palmeiras; Córrego Fundo, no Centro-Oeste, solicitou a abertura, a melhoria e a pavimentação de ruas e avenidas do Município; Entre-Rios de Minas, na região Central, solicitou a construção de prédio para a Escola Municipal Dom Oscar de Oliveira; Formiga, no Centro-Oeste, solicitou a construção de seu aeroporto regional; Francisco Badaró, no Jequitinhonha, solicitou obras de contenção de cheias no Córrego Sucuriú; Frutal, no Triângulo, solicitou a construção de um ginásio coberto com capacidade para 5 mil pessoas; Funilândia solicitou a construção de pontes na comunidade rural Saco da Vida; Guaranésia, no Sul de Minas, solicitou a construção de aterro sanitário para os Municípios de Guaranésia e Cabo Verde; Ibiá, no Alto Paranaíba, na área de indústria, solicitou obra de infra-estrutura para a implementação de distrito industrial; Itanhomi, no Rio Doce, solicitou construção de prédio destinado a escola municipal para 1.200 alunos; Itaúna, no Centro-Oeste, solicitou a construção de escola de educação infantil (creche) para escola no Bairro Garcias-Aeroporto; Itumirim, no Sul de Minas, solicitou a pavimentação do acesso ao Distrito de Rosário até a BR-265 (7km); Jequitibá solicitou reforma de escolas municipais; Lima Duarte solicitou a construção de duas estações de tratamento de esgoto; Madre de Deus de Minas solicitou a construção de estação de tratamento de água; Maria da Fé, no Sul de Minas, solicitou a construção de habitações de interesse social; Medeiros solicitou a pavimentação da estrada entre os Municípios de Medeiros e Pratinha (40km); Monte Belo, no Sul de Minas, solicitou a construção de aterro sanitário para outros Municípios; Monte Carmelo, no Alto Paranaíba, solicitou obras de drenagem fluvial no Bairro Boa Vista; Morro da Garça solicitou a construção de prédio para a creche municipal; Muzambinho solicitou a construção de aterro; Novo Oriente de Minas solicitou a pavimentação asfáltica de vias urbanas (2km); Onça do Pitangui solicitou a construção de prédio para escola municipal, com quadra poliesportiva coberta; Paula Cândida, na Zona da Mata, solicitou a reconstrução de ponte localizada na zona rural de Colônia; Pedralva, no Sul de Minas, solicitou a construção de prédio destinado a escola municipal para atender 800 alunos; Pedro Leopoldo, na região Central, solicitou a implantação do Rodoanel; Pescador, no Rio Doce, solicitou a construção de prédio escolar; Piranguçu solicitou a construção de prédio para escola municipal de ensino fundamental; Prados solicitou obras viárias: anel externo ao centro urbano, ligando a rodovia de acesso a São João del-Rei à estrada Prados-Dores de Campos; Ressaquinha solicitou a construção de estação de tratamento de esgoto; Rio Doce solicitou a iluminação do campo de futebol soçaite; Sabinópolis solicitou obra de reforma e ampliação da cadeia pública; Santana dos Montes solicitou a construção de um salão comunitário com banheiros, cozinhas e salas; São João do Manhuaçu solicitou a pavimentação de vias do Bairro Sinaí; São Pedro da União solicitou a construção de aterro sanitário; Sete Lagoas solicitou a conclusão da Avenida Perimetral; Sapucaí-Mirim solicitou obras de revitalização da Praça Lamartine José de Faria; Taparuba, no Rio Doce, solicitou a construção de sede própria para a Prefeitura; União de Minas solicitou a construção de terminal rodoviário; Viçosa solicitou a construção de muros de contenção em trechos urbanos da BR-120; Varginha, no Sul de Minas, solicitou a conclusão da Rodovia MG-350 no trecho entre os Municípios de Varginha e Delfim Moreira.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/12/07, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 14/1/08, José Rodrigues Pinheiro Dória do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP;

nomeando Vanilce Fernandes Paticcie Doria para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.